



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CADERNO 1
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Sector Requisitante:	Secretaria de Inteligência e Polícia Institucional
Responsável:	Carlos Athayde Valadares Viegas
e-mail do responsável	carlosav@trt3.jus.br
Telefone do responsável:	(31)3228-7113
Integrante Demandante:	Ana Elisa R. Tavares/Verônica W. Assunção/Josiani Cristina S. de M. Rocha
e-mail do Integrante Demandante:	anaelirt@trt3.jus.br / veronica.assuncao@trt3.jus.br / josiani.rocha@trt3.jus.br
Telefone do Integrante Demandante:	31 3228-7157

I) APRESENTAÇÃO DA DEMANDA (PROBLEMA A SER SOLUCIONADO)

É necessária a esse Regional uma solução para acionamento imediato das forças policiais em caso de ameaça, agressão física e/ou psicológica a magistrados, em razão das suas atividades, aos oficiais de justiça que trabalham em regiões vulneráveis ou que se encontram ameaçados, bem como às magistradas e servidoras em situação de violência doméstica e familiar.

Para tanto, pretende-se a contratação da prestação de serviços de monitoramento pessoal com acionamento de dispositivos eletrônicos de emergência portátil (espécie de chaveiro) com captação, transmissão e gravação do áudio ambiente e localização do alerta, por meio da tecnologia GPS, capaz, também, de enviar o sinal de alerta de emergência a uma Central de Monitoramento, bem como diretamente através de celular.

II) JUSTIFICATIVA DA DEMANDA

Considerando a crescente demanda por segurança em razão do aumento da violência, especialmente contra os Órgãos do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça, por meio das Resoluções CNJ n. 435/2021 e CNJ n. 344/2020, bem como o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, através da Resolução CSJT n. 315/2021, adotaram políticas no sentido de aperfeiçoar e fortalecer a proteção institucional e a segurança pessoal de magistrados, de servidores e dos jurisdicionados.

O Conselho Nacional de Justiça ao instituir a Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário enunciou que a segurança institucional é a primeira condição para se garantir a independência dos órgãos judiciais, na forma dos arts. 10 da Declaração Universal dos Direitos Humanos; 14, 1, do Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos; 2º e 9º do Código Ibero-Americano de Ética Judicial e 1º do Código de Ética da Magistratura, e, disse ainda que é atividade essencial com a finalidade de possibilitar aos(as) magistrados(as) e servidores(as) da Justiça o pleno exercício de suas competências e atribuições.

Não é de hoje que esta Especializada se depara com ameaças, principalmente voltadas aos magistrados e oficiais de justiça, em razão do exercício da sua profissão, demandando tratamento especial para garantir a integridade física dos mesmos.

Nesta esteira, este Regional constatou a necessidade de garantir maior segurança a magistrados e oficiais de justiça em casos de ameaça, agressão física e/ou psicológica, bem como servir como mais uma ferramenta do Tribunal para a proteção de suas magistradas e servidoras vítimas de violência doméstica e familiar.

O Conselho Nacional de Justiça, através da [Resolução CNJ n. 435/2021](#), que trata da Política e Sistema de Segurança no Poder Judiciário já prevê no seu artigo 1º:

Art. 1º A política nacional de segurança do Poder Judiciário é regida pelos princípios e diretrizes estabelecidos nesta Resolução e será executada pelo Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário (SINASPJ).

§ 1º A política nacional de segurança do Poder Judiciário abrange a segurança institucional, pessoal dos(as) magistrados(as) e respectivos familiares em situação de risco, de servidores(as), usuários(as) e dos demais ativos do Poder Judiciário.

De acordo com o mesmo normativo, cabe a esta Especializada viabilizar a segurança daqueles que nela atuam:

Art. 2º A segurança institucional do Poder Judiciário, atividade essencial, tem como missão promover condições adequadas de segurança, bem como a aplicação dos recursos da atividade de inteligência, a fim de possibilitar aos(as) magistrados(as) e servidores(as) da Justiça o pleno exercício de suas competências e atribuições.

É fato que, quando se pensa em segurança institucional, os grandes esforços devem ser envidados na prevenção dos delitos, e não na sua posterior solução, o que também foi previsto na referida norma:

Art. 4º A política nacional de segurança do Poder Judiciário é regida pelos seguintes princípios:

I – preservação da vida e garantia dos direitos e valores fundamentais do Estado Democrático de Direito;

[...]

III – **atuação preventiva e proativa, buscando a antecipação e a neutralização de ameaças, violências e quaisquer outros atos hostis** contra o Poder Judiciário; [...] (grifos acrescidos).

Na sequência, a Resolução prevê que a melhoria contínua das ações de segurança é uma das diretrizes da política nacional de segurança:

Art. 5º São diretrizes da política nacional de segurança do Poder Judiciário:
[...]

II – **buscar permanentemente a qualidade e a efetividade da segurança institucional** do Poder Judiciário; [...] (grifo nosso)

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho também normatizou o tema na [Resolução CSJT n. 315 de 26 de novembro de 2021](#), seguindo as diretrizes da norma do CNJ.

Já no que se refere à maior proteção às magistradas e servidoras que sofrem violência doméstica ou familiar, observa-se que a pretensão desta Secretaria também vai ao encontro da [Recomendação CNJ/102/2021](#), protocolo Integrado de Prevenção e Medidas de Segurança voltado

ao Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher praticada em face de Magistradas e Servidoras:

Art. 1º Recomendar aos órgãos do Poder Judiciário a adoção do protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança voltado ao enfrentamento à violência doméstica praticada contra magistradas e servidoras, em anexo.

No referido anexo, dentre as medidas que devem ser adotadas pelas mulheres que sofrem violência doméstica/familiar, a segunda delas é *“incluir na lista de contatos telefones dos serviços de proteção à mulher vítima de violência”*; na sequência, durante a situação de violência, é recomendado que a mãe ensine *“as crianças a pedirem ajuda e a se afastar do local, quando houver violência”* e ainda, já após a ocorrência da violência, é recomendável que a mulher *“mantenha objetos de comunicação o mais próximo, caso não possa fazê-lo, procure um telefone público o mais rápido possível”* e *“procure ajuda junto à Polícia Militar, Delegacia da Mulher ou qualquer pessoa e/ou instituição em que confie”*.

Como se observa, o que se pretende disponibilizar às magistradas e servidoras auxiliaria a resposta em todas as situações acima destacadas, fazendo com que a rápida resposta possa, inclusive, evitar a iminente violência.

Destaca-se que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em suas últimas correições anuais, tem fiscalizado a implementação da Política Nacional de Segurança, como ocorreu em 2023, quando mencionou os equipamentos de raios X e a implantação do sistema do CFTV.

Dessa forma, entende-se que a demanda apresentada atende perfeitamente às diretrizes dos conselhos em relação à preservação da integridade física dos seus(suas) magistrados(as) e servidores(as).

III) PRAZOS DESEJADOS PARA CONCLUSÃO DOS ESTUDOS E EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Espera-se que os estudos da contratação sejam finalizados até o mês de novembro e a efetivação da contratação seja concluída no 1º trimestre de 2025.

IV) CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A aquisição em tela se mostra alinhada à consecução da atividade-fim do TRT da 3ª Região, qual seja, a efetividade da prestação jurisdicional, vez que visa garantir a segurança das atividades jurisdicionais deste Regional, bem como a proteção pessoal dos magistrados e oficiais de justiça em casos de ameaça, agressão física e/ou psicológica (OE3 - Garantir a duração razoável do processo).

Logo, entendemos que a contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico deste Regional.

V) CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DE COMPRAS

A contratação em pauta foi prevista no item 32 do [Plano de Contratações Anual de 2024](#) e está prevista no PCA/2025, no item 13 da SINPI.

VI) CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A demanda em pauta já consta no SIGEO com os recursos do orçamento deste Regional para a presente contratação.

VII) NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DE INTEGRANTES TÉCNICO OU TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

Não será necessária a indicação de integrante técnico ou administrativo.

VIII) CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EXISTÊNCIA DE SOLUÇÃO PREDETERMINADA

Em breve pesquisa de mercado, as possíveis soluções verificadas foram: (a) aquisição de licença de software para monitoramento na sede do TRT/MG dos acionamentos dos dispositivos eletrônicos de emergência portátil, (b) contratação de serviço de monitoramento por GPS com acionamento do pedido de socorro por meio do uso de celular, (c) contratação de serviço de monitoramento dos acionamentos de dispositivos eletrônicos de emergência portátil (espécie de chaveiro) com localização do alerta, por meio da tecnologia GPS, sem captação e gravação do áudio ambiente e (d) contratação de serviço de monitoramento dos acionamentos de dispositivos eletrônicos de emergência portátil (espécie de chaveiro) com captação, transmissão e gravação do áudio ambiente e localização do alerta, por meio da tecnologia GPS, capaz, também, de enviar o sinal de alerta de emergência diretamente a uma Central de Monitoramento, bem como através de celular.

Como se busca uma solução simples, que seja capaz de informar a localização georreferenciada em caso de eventual acionamento, com produção de breves relatórios (hora, data e local), constata-se que não há necessidade da aquisição de licença, sendo necessária apenas a disponibilização de portal com acesso para que as Centrais de Monitoramento da SINPI possam acompanhar a prestação do serviço e prestar assistência, caso necessário, bem como por meio do celular.

Quanto ao acionamento, em situações emergenciais, muitas vezes o celular é retirado da vítima, o que impossibilitaria o pedido de socorro. Assim, entende-se que a adoção de um dispositivo portátil e discreto, sem emissão de aviso sonoro, similar a um pequeno chaveiro facilitaria o acionamento e, conseqüentemente, reduziria o tempo de resposta a um eventual pedido de socorro.

IX) CONSIDERAÇÕES DO DECISOR SOBRE A AVALIAÇÃO DAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Conforme explanado acima, a solução que melhor atende a demanda da Administração é a realização de processo licitatório para contratação de serviço de monitoramento dos acionamentos dos dispositivos eletrônicos de emergência portátil com captação, transmissão e gravação do áudio ambiente e localização do alerta, por meio da tecnologia GPS, de enviar o sinal de alerta de emergência a uma Central de Monitoramento bem como diretamente através de celular. Deverá, também, ser possível a disponibilização de portal com acesso para que as Centrais de Monitoramento da SINPI possam acompanhar a prestação do serviço e prestar assistência, caso necessário.

X) ASSINATURA DO DECISOR

Assinatura:

**CARLOS ATHAYDE
VALADARES
VIEGAS:30831992**

Assinado de forma digital por
CARLOS ATHAYDE VALADARES
VIEGAS:30831992
Dados: 2024.11.22 15:05:59 -03'00'

Nome:

Carlos Athayde Valadares Viegas

Cargo:

Secretário de Inteligência e Polícia Institucional

